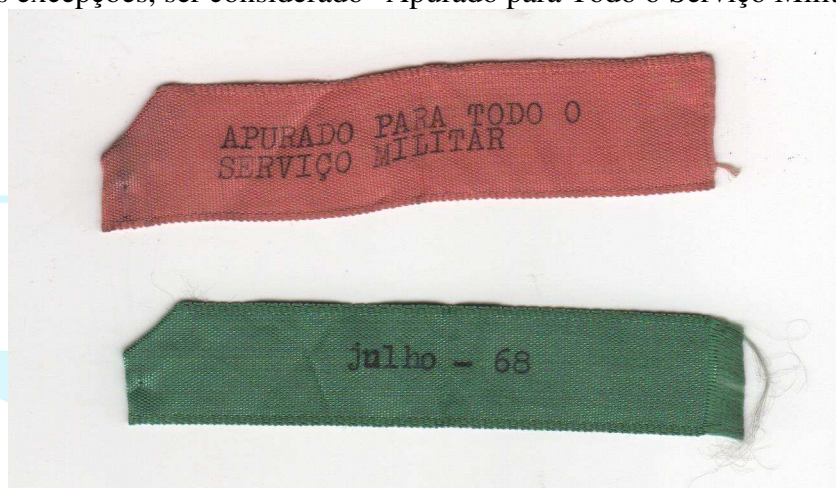


**TÁ BEM. VOU-TE CONTAR...**

*Estes meus jovens alunos do nono ano ignoram completamente a realidade que foi a Guerra do Ultramar. Quase todos eles têm um avô que por lá andou, pelo que o tema não é totalmente novo, mas os seus avôs nunca lhes revelaram pormenores dessa sua vivência. Eu, que netos não tenho, tomei-os como se meus netos fossem, e decidi contar-lhes, o que afinal nunca fizera ao meu próprio filho. Li-lhes este texto numa das suas aulas de História de Portugal, cujo professor também não conheceu de facto a Guerra do Ultramar.*

Sim, o Serviço Militar era obrigatório. Os rapazes todos conheciam a sequência de procedimentos: ir à Junta de Freguesia “dar o nome”, mais tarde voltar lá para consultar as listas e verificar a data e o local da Inspeção, em seguida sujeitar-se a um enganoso exame médico e, salvo raríssimas excepções, ser considerado “Apurado para Todo o Serviço Militar”



(dado a elevada carência de pessoal para a Guerra do Ultramar (carne para canhão, como lhe chamávamos) tinha deixado de funcionar o sorteio que originara a designação desse momento como “ir às sortes”) e, finalmente aguardar a cartinha com a ordem de apresentação e uma guia de transporte.

Isso era conforme as habilitações escolares. Os mancebos (nós) éramos destinados a uma classe ou categoria militar de acordo com as chamadas habilitações literárias: quem não tinha concluído o Curso Geral dos Liceus ou quinto ano, estava destinado à classe dos praças, aqueles que tinham mais do que isso mas que todavia não tinham concluído o Curso Complementar dos Liceus (o 7º ano ou equivalente), eram encaminhados para os Cursos de Sargentos Milicianos, e finalmente aqueles que o tivessem concluído ou ultrapassado, iriam frequentar os Cursos de Oficiais Milicianos.

Ah! Sim, o ensino naquele tempo media-se por uma escala diferente. A Instrução Primária (vulgarmente conhecida como a quarta classe) era o único ensino obrigatório. A partir daí, e apenas nas cidades mais importantes, funcionavam os Liceus e as Escolas Técnicas, com cursos de cinco ou sete anos.

Pois foi, a minha geração foi muito afectada pelas regras que o regime impunha. Os rapazes tinham sobre a sua cabeça a espada de Damócles condicionando toda a sua vida. Raramente conseguiam emprego antes do cumprimento do Serviço Militar e, para saírem do país, necessitavam de uma autorização militar especial (autorização essa que continuou a ser necessária até aos 35 anos de idade, mesmo depois do cumprimento do Serviço Militar).

Eu estava nos meus 20 anos. Apresentei-me na Escola Prática de Cavalaria em Santarém. Fiz o cursinho rápido e fiquei pronto para a guerra. Seis meses depois já tinha um destino assignado (Moçambique), passando por Tomar para instruir os soldados que iriam constituir a nossa Companhia de Caçadores. Já tinha portanto um destino de guerreiro garantido. Estava por conta do Estado, deixei de ser o Zé Manel e passei a ser um número (qualquer coisa barra 69). É isso, ia para a guerra... com 20 anos de idade já estava na lista, com data de embarque marcada. Era um homem! Seria? Sim era um homem, com mais obrigações que direitos, mas ainda não um adulto. Nesse ano houve eleições para a Assembleia Nacional e, curiosamente, não pude votar por ainda não ter idade! Não tinha idade para votar mas tinha idade para ir para a guerra.

Ah! A consciência política? Sabe, nem todos partilhávamos essa chama patriótica do dever, da defesa do solo pátrio, que os comandantes de instrução veiculavam nas palestras antes da dispensa do fim-de-semana. Esse solo pátrio ficava muito longe, em terras mal imaginadas, de gente diferente que também lutava por causas próprias e que também defendiam os seus ideais, o seu patriotismo e o seu solo sagrado. Dentro das casernas formavam-se pequenos grupinhos onde se conversava, em sussurros para não chegar aos ouvidos indesejáveis daqueles de quem já desconfiávamos que iriam a correr contar ao comandante, a situação nacional, quer quanto à governação, quer e sobretudo quanto às políticas que afectavam a nossa juventude e, invariavelmente, a Guerra do Ultramar. Na generalidade estávamos politizados (pelo menos os mais urbanos) e a proximidade das eleições tinha proporcionado uma certa abertura em sessões de propaganda, facilitando conhecimentos e tomadas de consciência.

Sim, era muito pouco e criava grandes problemas de gestão do porta-moedas. Quanto? Sei lá! Nada ou pouco mais! Tinha cama e comida (brr!) e nunca recebi nada nos primeiros seis meses, porém, após o Curso dos Milicianos passei a ter um ordenado (pré) de 90 escudos por mês, mas sujeitos a uns descontos que nunca ninguém percebia... não havia um recibo. Recebíamos portanto um valor sempre diferente e insignificante que nem dava para os transportes.

Alguns dias antes da partida éramos graduados e recebíamos uma certa quantia a título de “ajudas de custo de embarque”. Era como esse dinheiro, como se outra vida nos esperasse, que tínhamos de constituir enxoval para os dois anos seguintes. Esse era também o momento em que alguns de nós, inconformados com a situação política e militar e, seguramente com o seu futuro próximo, aproveitavam para “dar o salto”, “cavar”. Fugiam da guerra...

Era uma situação arriscada a que só muito poucos se atreviam e que exigia um forte apoio. Era preciso ter contactos. Não poderiam continuar no país pois os seus familiares eram de tal modo pressionados e as suas vidas devassadas que dificilmente poderiam camuflar o seu desertor. Alguns eram apanhados, mas a maioria conseguia passar as fronteiras com Espanha (país também inseguro) e França, e aqui fixarem raízes ou se lançarem para outros destinos, onde viveriam um futuro incerto, clandestinos, impossibilitados de retornar a Portugal.

Bem, partimos para África na Primavera seguinte. Os milicianos estávamos com cerca de um ano de tropa e as praças com seis meses. Em princípio esperava-nos uma “Comissão” de cerca de 24 meses em Moçambique. Os mais importantes paquetes de passageiros foram “militarizados” e adaptados ao transporte de tropas. Essa adaptação consistia em “mobilar” os porões e os corredores com beliches de duas ou três camas sobrepostas, e adaptar os camarotes com mais uma ou duas camas de campanha, duplicando a sua capacidade de transporte.

A partida era um comovedor espectáculo, ritual nem sempre transmitido pela televisão para que a frequência com que acontecia não alarmasse a população. As tropas desfilavam em parada, ao som de uma fanfarrinha ou banda militar. Havia sempre discurso vibrante e apologético, com muita “bravura”, “heróicos avós” e “pátria” pelo meio. Mesmo antes do embarque, com as tropas ainda em formatura, vinham umas senhoras muito finas, normalmente ligadas a famílias da alta

sociedade e do regime, membros do Movimento Nacional Feminino, oferecer a cada um de nós um maço de cigarros, um isqueiro e... uma medalhinha da Nossa Senhora de Fátima, desejando-nos com isso uma “boa-viagem-e-feliz-regresso”, murmurado entre dentes, quase imperceptível.

Este cerimonial era rápido e sob grande vigilância, pois temiam que os opositores se pudessem aproveitar do momento para qualquer actividade subversiva, o que naturalmente granjearia a simpatia de grande número dos familiares presentes, que vindos de todo o país, ali compareciam para as despedidas.

Uma vez as bagagens atiradas para um qualquer canto dos alojamentos distribuídos, os mais de 3.000 homens aglomeravam-se no convés do navio, encarrapitando-se em tudo o que os pudesse sustentar, para um último olhar para a multidão, um último aceno de um lenço de qualquer cor, combinada ou não, no desejo de serem vistos, de eles próprios verem os seus, à medida que a sirene assinalava a partida, e o navio se afastava lentamente, apontando à foz do Tejo, ao mar, ao mar alto, à guerra...

O meu Batalhão seguiria até ao fim da linha, embora não o soubéssemos. A Ordem de Serviço que nos mobilizara dizia que o destino era Moçambique, mas já acontecera dantes algumas mudanças de plano. Temíamos pior zona. Todos diziam que a Guiné era o pior, pelo clima doentio e pela guerra propriamente dita. Podiam levar-nos para lá. Ou para Angola, donde as notícias também não eram nada abonatórias. Atracámos em Luanda sem sabermos se ali ficaríamos ou se continuaríamos. Só quando o navio zarpou é que nos tranquilizámos um pouco. Íamos para Moçambique, como se essa fosse a melhor zona de guerra. Quem estabeleceria essa hierarquia de perigos e zonas? Nessa altura começaram a passar de boca a orelha vários boatos que nos inquietavam, acabando com a pequena satisfação que a “sorte” deste destino nos dava. Parámos ainda em Lourenço Marques (hoje Maputo), Beira, Nacala, descarregando pessoal e equipamento, e nós seguindo sempre. Já não havia dúvidas, para norte só se fosse Cabo Delgado, velho teatro de guerra, desde as suicidárias campanhas da I Guerra Mundial contra os alemães da Tanzânia até agora, ou seja nos últimos anos, dos frequentes confrontos com a guerrilha da Frelimo.

Fora uma viagem de 25 dias.

Como o navio não podia atracar devido à pouca profundidade das águas, transbordámo-nos para uns batelões, meia dúzia deles que formaram um comboio rebocado até ao cais de Mocímboa da Praia.

Esperavam-nos os camaradas que íamos substituir. Militares já com mais de um ano de guerra, pele queimada, camuflados velhos, desbotados e rotos, punhal e cartucheiras à cintura e espingardas G3 ao ombro em poses de autênticos guerreiros, que eram. Eles *cocuanas* (velhos) e nós *checas* (novatos). Expressavam a sua satisfação com a nossa chegada da forma mais variada, incluindo gozando com as nossas fardas novas e as nossas botas ainda reluzentes.

Claro, estávamos muito ansiosos, com medo até. Íamos começar a mais dura e cruel etapa das nossas vidas. Acabara a viagem, o cruzeiro. Recebemos finalmente o armamento individual e os oficiais fizeram as suas recomendações, a partir dali era a sério. Esperavam-nos alguns camiões onde nos acomodámos e encetámos a viagem, agora por terra.

A estrada não era estrada, mas sim um verdadeiro percurso para viaturas todo-o-terreno; era a tão falada picada. A coluna (assim se designava o comboio militar) progredia lentamente, com várias paragens e alguns tiros que nos assustavam. Cumpriríamos as instruções de “ninguém se mexe”, “nem um tiro”. Ao fim de algumas horas faz-se uma paragem prolongada e é dada ordem de saltar das viaturas e formar um cordão de segurança dos dois lados da picada, e instruções para disparar apenas com contacto visual. Veio da frente a palavra de terem encontrado uma mina e irem rebentá-la, o que aconteceu de facto num estrondo aterrador e uma nuvem de fumo negro,

depois duma meia hora de espera. Fora o nosso baptismo de guerra, embora outras situações bem mais cruéis viessem a reduzir o efeito dessa primeira experiência, rebaptizando-nos.

A partir daí a progressão foi ainda mais demorada.

Finalmente chegámos a um pequeno planalto, o mato desbastado e duas fileiras de arame farpado, com algumas casotas de madeira no cimo de árvores, e uma dúzia de casinhas com telhados de zinco, no mesmo terreno areento da picada. Era o nosso destino, uma antiga missão já sem população civil. Chamava-se Chitolo. Fica a três dezenas de quilómetros de Mocimboa e demorámos 10 horas para percorrê-la. Tempo que nunca mais conseguiríamos cumprir, passando a média para as 30 horas.

Aqui passámos 16 meses. Durante esse período, alguns dos militares não tiveram qualquer outro tipo de convívio senão com os seus próprios camaradas, o que era de endoidecer, não obstante se viver um dia-a-dia nada rotineiro. Duas ou três vezes por semana, duas secções, ou seja, cerca de 15 homens, saíam em operações de patrulhamento nas cercanias do aquartelamento, com duração de um, dois ou três dias, com aparelhagem de transmissões pouco eficiente. Algumas vezes, na sequência de confrontos ou suspeitas de presença de guerrilheiros, eram pedidos reforços, saindo outra secção ou um grupo de combate (cerca de 30 homens) conforme a situação.

Ó se se comia mal! A alimentação era horrível. Em operações no mato os homens levavam ração de combate: uma série de latas de conserva, que embora adequada em termos de valor calórico, não o eram de todo, pois para além do peso continham comida salgada e até picante, fazendo aumentar o consumo de água, um bem precioso e escasso. No aquartelamento cozinha-se com poucas variações. O arroz alternava com a massa, e o feijão com o grão (sempre com gorgulho!) e, por falta de caça, usava-se uma intragável carne enlatada.

Ataques ao aquartelamento? Por vezes, quase sempre ao anoitecer, a Frelimo brindava-nos com morteiradas, dezenas de granadas que, para além de destruírem vários dos nossos recursos, provocavam alguns feridos e até mortos. Normalmente as primeiras a cair eram as mais certeiras, atingindo pontos importantes como o parque de viaturas, a casa do gerador (que só funcionava à noite para iluminação para o exterior).

Este tipo de guerra de guerrilha era altamente favorável aos guerrilheiros, já que eram mais conhecedores do terreno e bastava um pequeno grupo deles para porem em movimento, e até desorientarem, grandes unidades militares.

Nunca mais tinha fim. Em Cabo Delgado passámos vinte e dois meses, participando em operações executadas na quadrícula que nos estava destinada, e noutras de natureza mais alargada como foi o caso da Operação Nó Górdio, tendo passado por vários confrontos com o chamado inimigo (IN) donde resultaram vários feridos e mortos, nossos e deles. Ao fim desse período, metade da companhia ainda foi combater em Tete.

Sonhávamos com o fim, toda a gente sonhava com o fim deste inferno. Miúdos, que era o que nós éramos, com as nossas vidas ainda em formação, interrompidas para ir à guerra, profissões por definir, cursos em meio, noivas à espera, mães em desespero, choros escondidos, soluços sufocados, notícias que não eram notícias pois todos sabíamos que a PIDE interceptava o correio e o SPM (Serviço Postal Militar) não era de fiar, e o Aerograma, a grande invenção do correio gratuito sob a forma de um papelinho azul ou amarelo que se dobrava, permitia a leitura do interior!

Era semanal. Uma vez por semana, em dia incerto, vinha o aviãozinho DO batendo a hélice sobre o aquartelamento e deitava um saco de lona pelos ares. Noutra dia, com mais tempo mas sempre de fuga, pousaria para recolher o saco com o correio expedido. O correio era o mais importante elo de ligação com o mundo para lá da guerra. Todos escrevíamos. Alguns com

caligrafias bem toscas, aprendidas à pressa com a passagem pelas chamadas Escolas Regimentais, que ministravam a qualquer soldado que as não tivesse as competências de leitura e escrita, no mínimo, levando-os até ao diploma da quarta classe, assim o tempo e as suas capacidades o permitissem. Todos tinham alguém com quem se correspondiam. A família, a namorada, ou ainda pessoas amigas ou conhecidas; outras ainda, que desempenhavam um papel muito importante na vida dos soldados, eram as “Madrinhas de Guerra”. Várias revistas mundanas (Plateia e Crónica Feminina) mantinham uma secção com nomes e moradas de pessoas que se dispunham a “escrever-se” com alguém. O pessoal da guerra, assíduos frequentadores dessas secções, entravam facilmente naquilo que inicialmente pareceria um jogo, mas que em muitos casos se veio a transformar em relações sérias que derivaram para uniões duradouras.

Os tempos “livres” eram gastos das mais variadas formas. Quando se vivem frequentemente momentos de elevada tensão, torna-se necessário “temperá-los” com momentos de decompressão. Por maioria de razões esses momentos fazem parte da vivência militar, e são naturalmente promovidos pelas hierarquias para combater a tendência depressiva agravada pela convivência restrita dos mesmos grupos durante períodos longos. No teatro de guerra no meio do mato, as opções são menores: não há socialização com população civil, não há bares, não há cinema nem teatro, nem locais de passeio. Então... bebe-se, bebe-se muito, sem qualquer pretexto especial; jogam-se os dados e as cartas, jogos de azar frequentemente redundando em grandes discussões e até lutas, para libertar a tensão; e não podia faltar o futebol, no terreiro do centro do aquartelamento plantavam-se duas balizas de bambus e se promovia um campeonato destes contra aqueles e dos outros contra aqueles outros.

Pois fica o *stress* pós-traumático, no nosso caso o *stress* de guerra. A Guerra do Ultramar deixou profundas marcas nas pessoas da minha geração. Milhares deles trouxeram deficiências de que nunca mais se irão esquecer, estilhaços embutidos nos seus corpos, perda da visão e da audição, e amputações de membros em consequências de rebentamentos de minas, agregam-se na Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Aquele ambiente único, caracterizado pela vivência em grupo de situações de elevado risco, pelo crescimento e amadurecimento comum, fomentou grandes amizades que ainda hoje perduram. Todos somos diferentes e, enquanto alguns conseguiram superar os traumas que certas situações lhes provocaram, outros têm passado as suas vidas sem os conseguirem resolver, quer por incapacidade própria quer por falta de apoio institucional.

Catarse? Reunimo-nos todos os anos para celebrar o regresso e... a vida. Nesses encontros e convívios os ex-combatentes partilham as suas vidas pós-guerra, constata-se que, na sua maioria e durante muitos anos calaram as suas experiências, não as revelando nem aos familiares mais chegados. Regista-se no entanto que finalmente essa partilha se começa agora a fazer para com os seus descendentes de terceira geração. Os netos estão finalmente a receber essas revelações, não deixando que as memórias da Guerra do Ultramar dos seus avôs se esfumem no tempo.

CarlNasc  
2016

in <http://CC2702.EU>